



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150811 - MG (2021/0232474-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ANTONIO LEITE FILHO (PRESO)
ADVOGADO : MARCO AURÉLIO DORIGON DOS SANTOS - RS117104
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em habeas corpus com pedido de liminar interposto por ANTONIO LEITE FILHO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.118726-5/000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente, em razão da suposta prática do crime previsto no art. 121, §2º, IV e VI, e, §2º-A, I, do Código Penal.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da prisão cautelar.

Alega a ocorrência de constrangimento ilegal, sob o argumento de que a prisão perdura há mais de 714 dias, sem que tenha formação de culpa definitiva, a ponto de restar configurado o excesso de prazo na custódia cautelar.

Ressalta que se faz necessária, a cada 90 dias, a verificação da permanência dos elementos autorizadores da segregação provisória, conforme determinação do parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal, procedimento que não teria sido realizado no caso em testilha.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que fariam jus a substituição da preventiva por medidas cautelares menos gravosas.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva, aplicando-lhes medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece conhecimento.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 681.888/MG.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço

do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência